

Relatório Síntese

Progressos Nacionais na implementação dos ODS 6, 7, 11, 12 e 15

Introdução

A [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#), constitui um compromisso global para a erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental e integra 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem implementados até 2030 por todos os países subscritores, incluindo Portugal enquanto membro da Organização das Nações Unidas (ONU).

No âmbito da Implementação da Agenda 2030 para Portugal, foi definido em Conselho de Ministros¹ o plano de execução dos ODS a nível Nacional, sendo a coordenação de implementação atribuída aos diferentes Ministérios, consoante a sua esfera de atribuições, imputando-se ao então Ministério do Ambiente quatro ODS (6, 11, 12 e 13), que atualmente, por via de novas atribuições do Ministério do Ambiente e Ação Climática (MAAC)², abrangem outras áreas temáticas como a energia e florestas, refletidas no âmbito dos ODS 7 e 15.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) avalia a evolução estatística dos indicadores disponíveis para Portugal, do conjunto de indicadores globais adotados pelas Nações Unidas, os quais são maioritariamente produzidos no contexto do Sistema Estatístico Nacional, tendo publicado em junho de 2019 o seu segundo relatório intitulado “ [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030](#)”.

Interessa assim destacar do relatório acima referido a avaliação que recai nos ODS cujas temáticas se encontram na esfera de atribuição do MAAC (ODS 6 - Água potável e saneamento, ODS 7 - Energias renováveis e acessíveis, ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 12 - Produção e consumos sustentáveis, e ODS 15 - Proteger a vida terrestre), com exceção do ODS 13 - Ação Climática que não mereceu avaliação no relatório do INE uma vez que os dados necessários para o seu acompanhamento se encontram fora do âmbito do Sistema Estatístico Nacional.

A produção deste documento teve por base maioritariamente o relatório do INE acima mencionado, sendo complementado quando necessário com outras fontes que se encontram referenciadas no texto. Tal como no relatório descrito, a avaliação foi feita a partir da informação disponível para os sub-indicadores relacionados com cada um dos cinco ODS.

¹ [Conselho de Ministros de 25/02/2016](#)

² Lei Orgânica do XXII Governo Constitucional ([Decreto-Lei 169-B/2019, de 03 de dezembro](#))

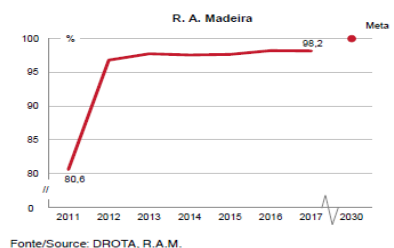
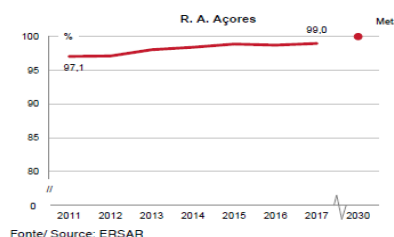
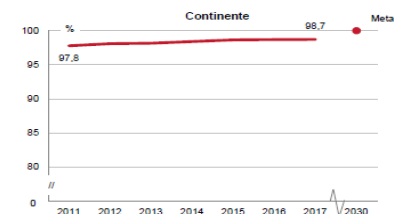
ODS 6 - Água potável e saneamento - tem como propósito garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.

A transversalidade deste ODS remete para que o alcance da sua meta global se alinhe com o desígnio da própria Agenda 2030: o da promoção de uma sociedade globalmente mais justa e sustentável.

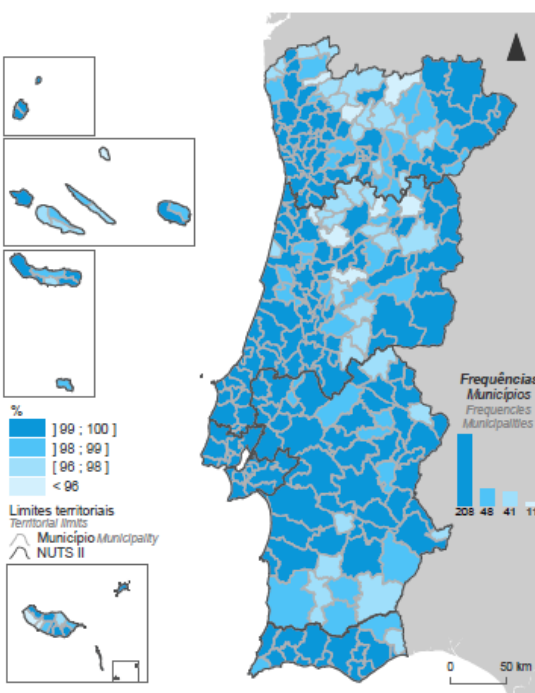
Da análise da informação constante dos oito sub-indicadores, que avaliam nacionalmente o progresso deste ODS, podemos verificar que a evolução se apresenta tendencialmente positiva e em linha com o alcance das metas globais em alguns destes, ainda que outros apresentem evoluções menos favoráveis. Assim, os resultados favoráveis até agora alcançados, encontram-se alinhados com o propósito geral deste ODS, e constituem um fator determinante para a redução de algumas assimetrias regionais a nível nacional, possibilitando uma maior equidade no acesso a estes serviços, com repercussões positivas no aumento do bem-estar e saúde das populações.

A qualidade da água distribuída para consumo humano, medido pelo sub-indicador *Água segura*, apresentou entre 2010 e 2017 evolução positiva em todo o território nacional, não se assinalando grandes disparidades territoriais, o que para as populações residentes se traduziu numa maior equidade em termos da segurança do serviço prestado. Note-se que em 2017 foram alcançados em 83% dos municípios nacionais níveis elevados da qualidade da água, com destaque para os da Área Metropolitana de Lisboa (AML) com níveis entre os 99%

6.1.1.a.a - Indicador de Água Segura – Portugal
6.1.1.a.a - Safe Water Indicator – Portugal



6.1.1.a.b - Indicadores de água segura (2017)
6.1.1.a.b - Safe water indicators (2017)

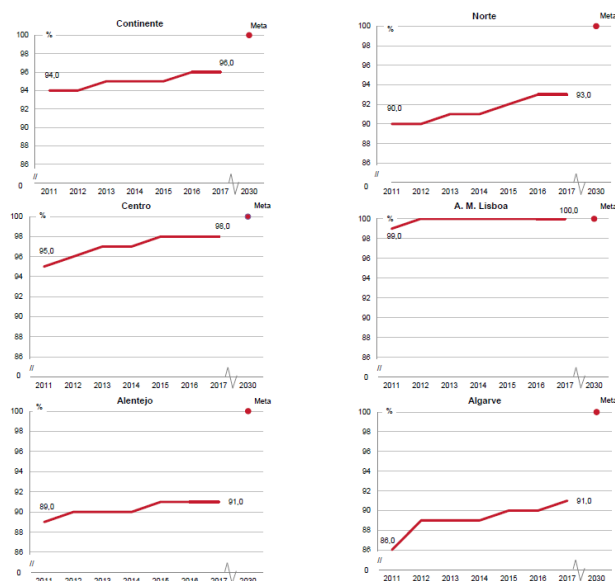


Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

e os 100%. Dada a tendência de crescimento registada entre 2010 e 2017 e considerando o intervalo de tempo necessário (13 anos) para o alcance da meta em 2030, o país encontra-se bem posicionado para o seu cumprimento.

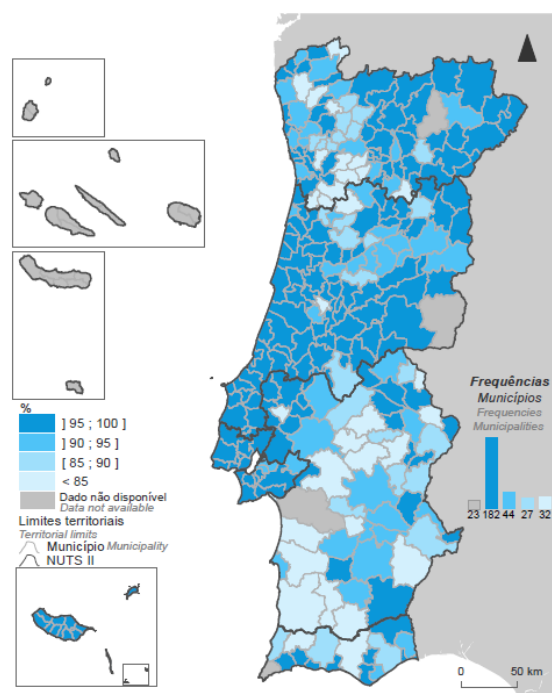
De modo análogo, também a cobertura territorial dos sistemas públicos de abastecimento de água, medido pelo sub-indicador **População de alojamentos servidos por abastecimento de água**, traduz um aumento da qualidade de vida das populações. Com evolução positiva entre 2010 e 2017 em todo o território nacional³ (com realce para a AML que em 2012 detinha já uma cobertura de 100%), regista contudo, face ao último ano considerado, algumas assimetrias regionais, mais evidentes no Alentejo e Algarve, ainda assim 73,4% (226) dos municípios nacionais apresentaram uma cobertura destes serviços em 90% dos alojamentos dos seus territórios. O povoamento disperso, existente em alguns territórios ainda sem a cobertura deste serviço, poderá constituir uma barreira à sua universalização, pela inviabilidade do investimento necessário à sua concretização e para o alcance global da meta de 2030.

6.1.1.b.a - Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água
6.1.1.b.a - Proportion of dwellings served by water supply



Fonte/Source: Estimativas INE tendo por base informação administrativa da ERSAR/Estimations Statistics Portugal, based on administrative data from ERSAR.

6.1.1.b.c - Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (2017)
6.1.1.b.c - Proportion of dwellings served by water supply (2017)



Fonte/Source: Estimativas INE tendo por base informação administrativa da ERSAR/Estimations Statistics Portugal, based on administrative data from ERSAR.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

³ O percentual apresentado para a Região Autónoma da Madeira (RAM) em 2017 (99,5%) refere-se à população servida e não à proporção de alojamentos, não sendo apresentados dados para a Região Autónoma dos Açores (RAA).

A ausência de condições sanitárias das habitações, para além de constituir fator de exclusão social, é também uma ameaça à saúde das populações, situação que tende a agravar-se consoante o menor rendimento das famílias, pelo que importa aumentar o acesso universal a habitação condigna de modo a suprir as carências ainda existentes. Em Portugal o sub-indicador **Proporção da população residente total e da população em risco de pobreza que vive sem banheira, duche e retrete no interior do alojamento** traduz o percentual da população que ainda se encontra perante esta condição desfavorável. A redução verificada entre 2010 e 2018 com -1 ponto percentual (p.p.) (-1,7 p.p. na população em risco de pobreza) confere um percurso de melhoria a nível nacional; os resultados de 2017 apresentam Portugal com uma prestação mais favorável (0,8%) que a média dos 28 países da União Europeia (UE28) (2%)⁴ o que confere um bom posicionamento face ao objetivo global do ODS.

6.2.1.a.1 - Proporção da população residente total e da população em risco de pobreza que vive sem banheira, duche e retrete no interior do alojamento, Portugal, 2010-2018

6.2.1.a.1 - Proportion of the resident population and of the at-risk-of poverty population having neither a bath, nor a shower, nor indoor flushing toilet, Portugal, 2010-2018



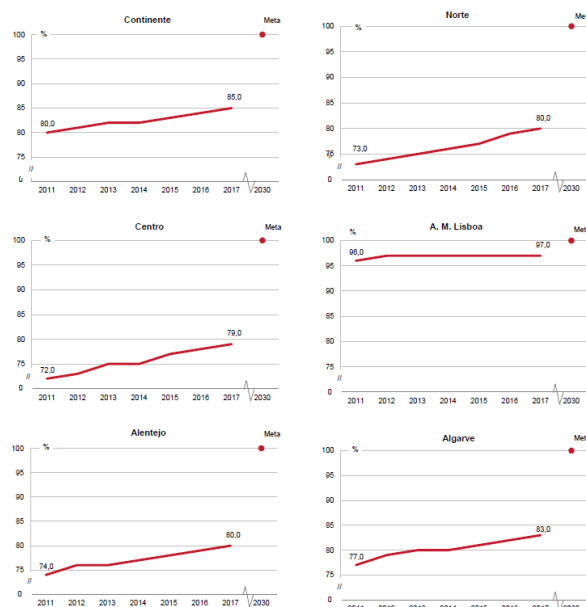
Fonte/Source: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento / Statistics Portugal, Statistics on income and living conditions

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

⁴ <https://ec.europa.eu/eurostat/web/sdi/clean-water-and-sanitation>

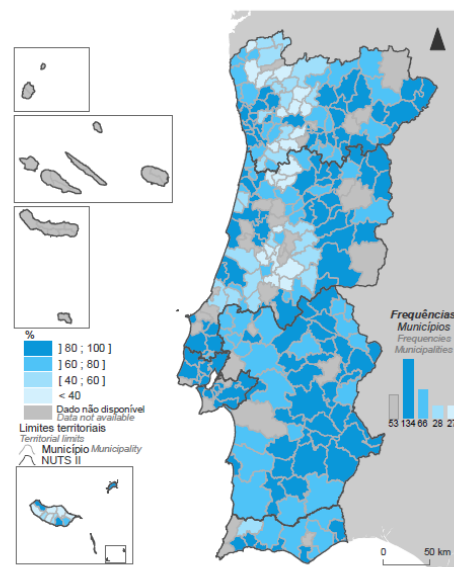
A existência de sistemas de drenagem de águas residuais reduz os riscos para a saúde pública e contribui para a melhoria da qualidade ambiental e das condições de vida das populações. O alargamento da cobertura destes serviços, proporciona um esbatimento das desigualdades, aumentando a coesão social e territorial. Os resultados apurados para o território do Continente⁵ do sub-indicador **Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais**, mostram uma evolução positiva entre 2011 e 2017 (+5 p.p.) na cobertura deste serviço, mas que fica aquém da meta estabelecida para 2030. Se atendermos ao último ano da série, apenas 43,5% dos municípios nacionais detinham mais de 80% dos seus alojamentos servidos com esta tipologia de serviço, sendo necessário um esforço de investimento para colmatar esta lacuna até 2030. Refira-se que, tal como no alargamento da cobertura da rede de abastecimento de água, o povoamento disperso de alguns destes territórios pode constituir um fator de exclusão para o alargamento destes serviços pela inviabilidade do investimento.

6.2.1.b.1 - Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais
6.2.1.b.1 - Proportion of dwellings served by wastewater drainage



Fonte/Source: Estimativas INE tendo por base informação administrativa da ERSAR/ Estimations Statistics Portugal, based on administrative data from ERSAR.

6.2.1.b.3 - Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (2017)
6.2.1.b.3 - Proportion of dwellings served by wastewater drainage (2017)



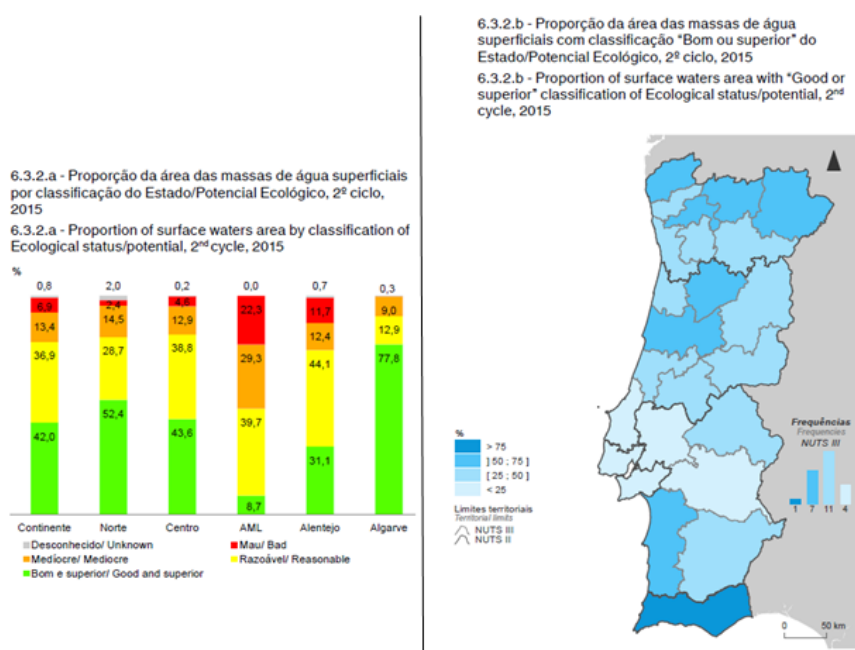
Fonte/Source: Estimativas INE tendo por base informação administrativa da ERSAR/ Estimations Statistics Portugal, based on administrative data from ERSAR.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

⁵ O relatório não refere a evolução para as RAA e RAM.

As pressões exercidas sobre as massas de água decorrem do exercício das várias atividades económicas e do aumento da pressão urbana, que produzem alterações no seu estado em resultado da descarga de poluentes e da utilização excessiva de água. A classificação do estado das massas de água permite avaliar o seu estado de qualidade sendo fundamental para medir a pressão a que estão sujeitas, e determinar a necessidade de implementação de medidas de mitigação para manter um bom estado de conservação essencial para o equilíbrio dos ecossistemas aquáticos e territoriais. A boa qualidade ambiental das massas de água superficiais é determinada pela classificação conjunta do seu bom estado/potencial ecológico⁶ e químico⁷. Os resultados disponibilizados pelo INE por avaliarem separadamente os dois sub-indicadores, apenas quanto à frequência de classificação por localização geográfica inviabiliza a apreciação global do estado das massas de água não sendo possível verificar o seu posicionamento face aos objetivos proclamados para o ODS.

Da análise do sub-indicador **Proporção de massas de água superficiais com bom estado/potencial ecológico**, verifica-se que o panorama geral do Continente nesta apreciação requer esforços de intervenção para a elevação dos parâmetros de qualidade, uma vez que 58% das 1 805 massas de água superficiais analisadas em



Fonte/ Source: INE/ Statistics Portugal; APA, I.P.

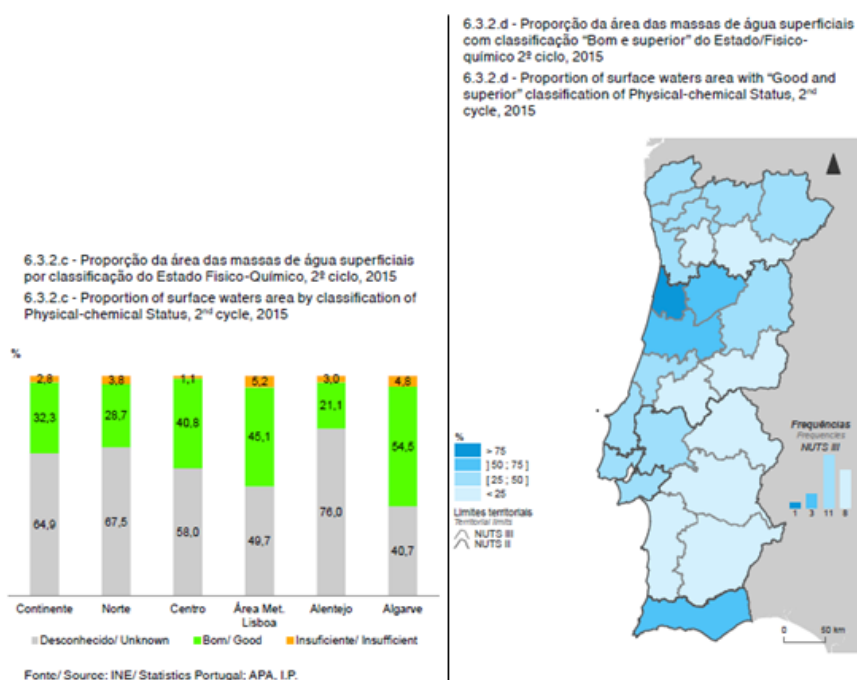
Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

⁶ O estado/potencial ecológico tem por base a análise de vários elementos de qualidade (biológicos, físico-químicos de suporte, poluentes específicos e hidromorfológicos).

⁷ Segundo Normas de Qualidade Ambiental (NQA) resultantes da aplicação da [Diretiva n.º 2013/39/UE](#), no que se refere às substâncias prioritárias no âmbito da política da água, transposta a nível Nacional pelo [Decreto-lei n.º 218/2015, de 7 de outubro](#).

20158, obtiveram classificação inferior a ‘Bom e superior’, com a AML a ultrapassar os 91% de massas de água nestas condições (registando também o maior percentual de massas de água em mau estado (22,3%)) registando o Algarve o menor percentual (21,9%), não se verificando nesta região classificações de mau estado (pese embora o desconhecimento de classificação de 0,3% das suas massas de água). De realçar que das 23 regiões NUTII, apenas uma (Algarve) registou 75% das suas massas de água com qualidade de nível ‘Bom ou superior’.

Quanto ao sub-Indicador **Proporção da área das massas de água superficiais por classificação do Estado Físico-químico**, o grande destaque recai na elevada percentagem da área de massas de água cuja classificação era ainda desconhecida em 2015, o que proporciona um enviesamento da análise das restantes classificações, sendo assim primordial a intervenção ao nível da recolha de informação para que se proceda a uma leitura credível dos resultados. No Continente esta ausência situou-se nos 64,9%, com o Alentejo a posicionar-se à frente das restantes regiões registando 76%. Pese embora a ausência de resultados para 40,7% das massas de água superficiais, o Algarve apresentou 54,5% com classificação de bom estado físico e químico. Saliente-se que das 23 regiões NUTIII apenas 17,4% registaram mais de 50% das massas de água com qualidade de nível ‘Bom’.

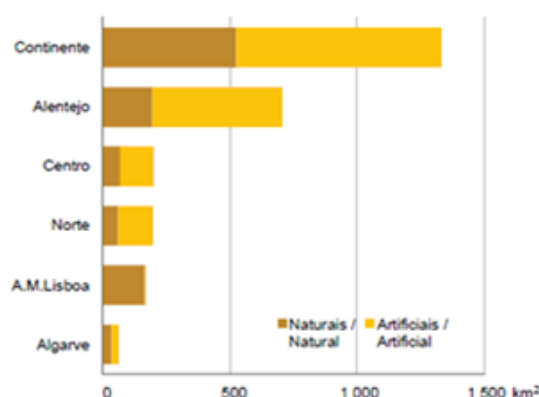


Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

⁸ Ano a que reporta a avaliação para o período entre 2016-2021 no âmbito do segundo ciclo dos Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas (PGRH).

A extensão de águas abertas naturais e artificiais são analisadas pelos sub-indicadores [Extensão das águas abertas naturais e artificiais⁹](#) e [Taxas de variação da extensão total de águas abertas](#), considerando o indicador a que se encontram associados (Indicador 6.6.1 meta 6.6) o limite de 2020 para a sua proteção e restauro.

Figura 6.6.1.a. Extensão das águas abertas naturais e artificiais, Continente e NUTS II, 2015
 Figure 6.6.1.a. Natural and artificial open water extent, Mainland and NUTS 2, 2015



Fonte/Sources: INE, I.P., Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo / Statistics Portugal, Land Use Land Cover Statistics.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

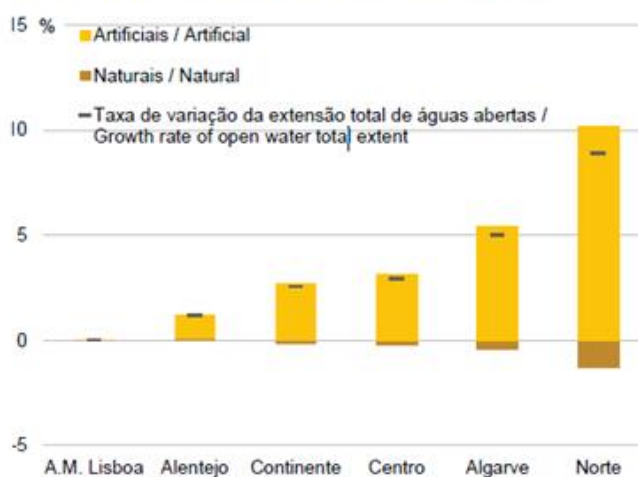
Em 2015 a maior extensão das águas abertas do Continente correspondia às águas artificiais que representavam 60,6% do total. O Alentejo apresentava a maior extensão de águas abertas (705,6 Km², 52,9% do total) e a maior predominância de águas artificiais (63,1% do total), enquanto a AML registava a maior representatividade das águas naturais (97% do total das águas abertas).

A análise das alterações temporais da extensão de águas abertas constitui um elemento necessário para avaliar a necessidade de correção, de modo a assegurar a sustentabilidade dos recursos hídricos e o consequente equilíbrio dos ecossistemas. Entre 2010 e 2015 o território do Continente apresentou um percurso positivo face ao objetivo de 2020, aumentando a extensão das suas águas abertas em 2,6%. Este aumento foi suportado pelo crescimento da extensão das águas artificializadas em todas as regiões NUTII. Saliente-se, que com exceção da AML e Alentejo com variações positivas, ainda que residuais, na extensão das águas naturais, as restantes regiões registaram decréscimo (com perdas mais significativas nas regiões Norte (-1,25%), Algarve (-0,42%) e Centro (-0,20)). Das 23 regiões NUTIII, 26% registaram variações da extensão das águas abertas superiores ao verificado no Continente (+2,6%) ficando as restantes abaixo desse referencial, com cerca de 48% a não ultrapassarem os 0,7%.

⁹ Águas naturais: rios, lagos, lagoas e estuários; Águas artificiais: reservatórios de barragens, canais artificiais, reservatórios de represas ou açudes, lagos e lagoas interiores artificiais.

Figura 6.6.1.b. Taxas de variação da extensão de águas abertas – total, naturais e artificiais – Continente e NUTS II, 2010/2015

Figure 6.6.1.b. Growth rates of open water extent – total, natural and artificial – Mainland and NUTS 2, 2010/2015



Fonte/Source: INE, I.P., Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo / Statistics Portugal, Land Use Land Cover Statistics.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

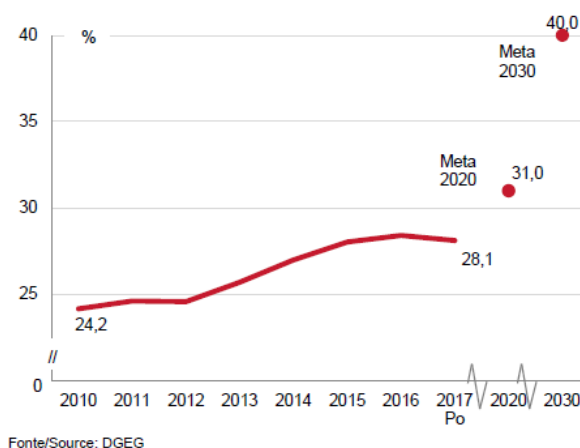
ODS 7 - Energias renováveis e acessíveis - propõe como meta garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos até 2030.

A aposta nas energias renováveis, constitui, a par da eficiência energética, os vetores da política energética nacional, dado o seu relevo para a redução da dependência energética, das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e o equilíbrio da balança comercial.

O progresso nacional face ao objetivo global deste ODS, avaliado com base em cinco sub-indicadores, reflete uma trajetória positiva nomeadamente no que concerne à incorporação de renováveis a nível setorial, indiciando boas perspetivas para o alcance da meta do ODS e do seu contributo para a política de descarbonização da economia. Contudo esta prestação não se alarga à da eficiência energética da economia, cujos resultados são ainda incipientes.

Da análise do sub-indicador **Proporção de energias renováveis no consumo final bruto de energia** verifica-se um aumento da quota da energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto de energia entre 2010 e 2017 (+3,9 p.p.), constituindo este um fator positivo do ponto de vista económico e ambiental, pela redução do consumo de combustíveis fósseis. O país encontra-se bem posicionado para o cumprimento das metas estipuladas, como evidencia o resultado obtido no último ano da série, onde se alcançou cerca de 90% da meta de 2020 e 70% da meta de 2030¹⁰.

7.2.1 - Proporção de Fontes Renováveis de Energia no consumo final bruto de energia
7.2.1 - Proportion of Renewable Energy Sources in gross final consumption of energy



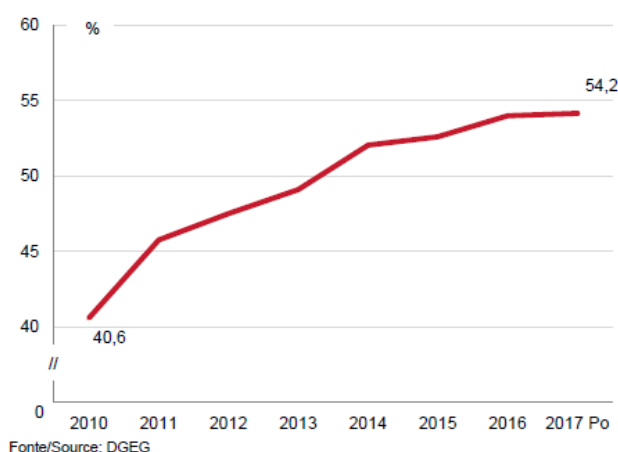
Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

¹⁰ Estabelecida no âmbito do Compromisso para o Crescimento Verde em alinhamento com o Plano Nacional Ação Energias Renováveis (PNAER) 2020 (Fonte: [Relatório Estado Ambiente 2019](#))

Sub-indicador Contribuição dos recursos renováveis na produção de energia elétrica.

A evolução positiva da incorporação de fontes de energia renováveis (FER) na produção de eletricidade (aumento de +13,6 p.p. entre os dois momentos da série, crescimento médio anual de cerca 4,2%), encontra-se alinhada com os desígnios da política energética nacional, constituindo um importante contributo para descarbonização do setor em particular e da economia no geral, dado o peso da eletricidade no consumo final de energia (que em média representou cerca de ¼ entre 2010 e 2017) e está em linha com o objetivo global do ODS.

7.2.1.a - Proporção de fontes renováveis de energia na eletricidade
7.2.1.a - Proportion of renewable energy sources in electricity



Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

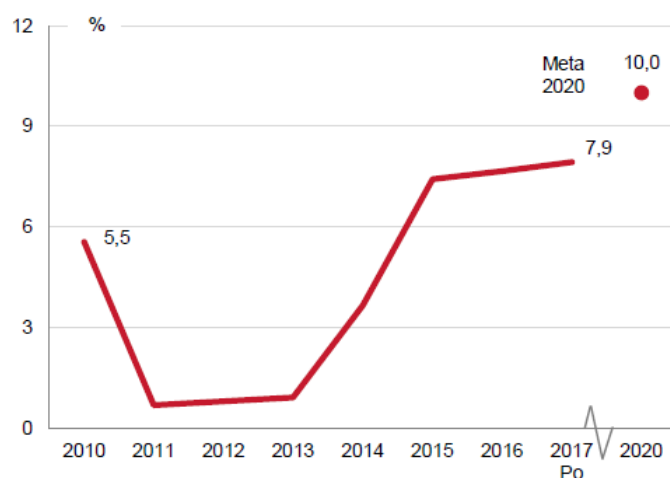
Sub-indicador Proporção do consumo final de energias renováveis no setor dos transportes

A importância de incorporação de FER nos transportes advém de esta ser a atividade com o maior consumo de energia proveniente de combustíveis fósseis, com as externalidades negativas a estes associados. A necessidade da inversão desta realidade levou à adoção de várias medidas onde se conta a incorporação de biocombustíveis substitutos de gasóleo. A análise do sub-indicador retrata a evolução da incorporação de biocombustíveis substitutos de gasóleo na atividade dos transportes, que registou uma tendência de crescimento a partir de 2011¹¹, tendo-se conseguido alcançar em 2017 80% da meta definida para 2020¹², e na direção certa para o alcance global da meta de 2030 definida para o ODS.

¹¹ A quebra registada em 2011 resulta da obrigatoriedade de certificação de sustentabilidade dos biocombustíveis, que entrou em vigor em Portugal a partir de 2010.

¹² Estabelecida no [PNAER 2020](#).

7.2.1.b - Proporção de fontes renováveis de energia nos transportes
 7.2.1.b - Proportion of renewable energy sources in transports



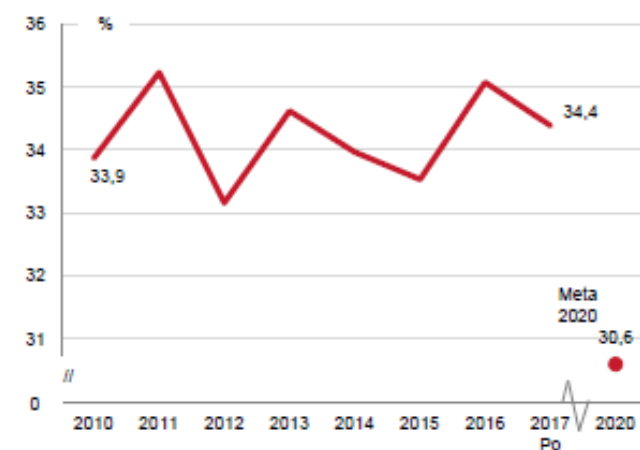
Fonte/Source: DGEG

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

Sub-indicador Proporção de fontes renováveis de energia no aquecimento e arrefecimento.

Igualmente importante para o alcance dos objetivos de descarbonização é o aumento de FER no aquecimento e arrefecimento por ser esta também uma atividade altamente consumidora de energia final. O comportamento irregular demonstrado por este indicador entre 2010 e 2017 não comprometeu as metas estipuladas para esta atividade que se encontram desde há muito ultrapassadas, constituindo este um dado positivo para o alcance das metas globais relativamente ao aumento de incorporação de renováveis.

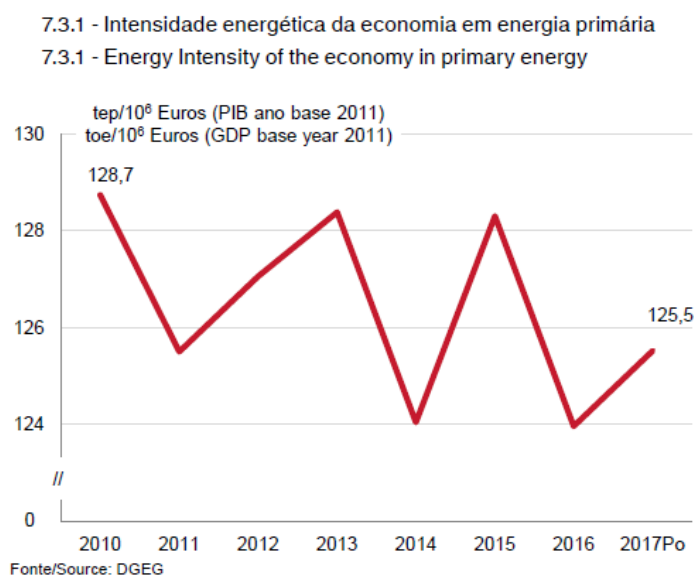
7.2.1.c - Proporção de fontes renováveis de energia no aquecimento e arrefecimento
 7.2.1.c - Proportion of renewable energy sources in heating and cooling



Fonte/Source: DGEG

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

O sub-indicador - **Intensidade energética da economia em energia primária** mede a relação entre o consumo de energia primária e o crescimento económico. Uma diminuição da intensidade energética, por via do crescimento económico e da redução do consumo de energia (dissociação) traduz uma maior eficiência da produção económica e uma redução das pressões ambientais. A intensidade energética da economia em energia primária apresentou entre 2010 e 2017 uma quebra de -3,2 p.p., apresentando irregularidade no seu comportamento anual. Saliente-se que dos decréscimos anuais, apenas o registado em 2014 respeita à dissociação entre crescimento económico e consumo de energia não evidenciando a economia uma trajetória sólida no sentido da mudança no modelo atual, desviando-se do objetivo geral do ODS.



Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis - propõe como meta até 2030 tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

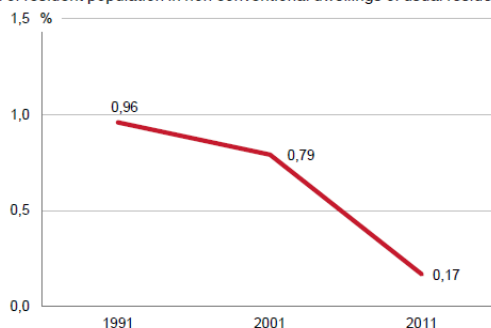
O planeamento integrado e participado constitui a resposta eficaz para os problemas resultantes das grandes aglomerações populacionais nas cidades de modo a transformar estes territórios em polos de inovação, conhecimento e competitividade que induzam à geração de riqueza e proporcionem a redução das assimetrias existentes com vista a garantir a sua sustentabilidade.

O progresso nacional face ao objetivo global deste ODS, é avaliado com base em quatro sub-indicadores que incidem sobre as questões de condições de habitabilidade, gestão sustentável das áreas urbanas, hábitos de vida e qualidade do ar. Apesar da evolução positiva registada em dois dos sub-indicadores, alinhada com o objetivo global do ODS, os restantes apresentam trajetórias divergentes.

A habitação condigna constitui um direito fundamental que, para além de promover a equidade e inclusão social, proporciona uma melhoria nas condições de saúde e segurança das populações que a ela têm acesso, contribuindo para o aumento do seu bem-estar e qualidade de vida.

O sub-indicador **Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos de residência habitual** traduz a dimensão da população que residia no período de três momentos censitários (1991, 2001 e 2011) em habitações de construção precária. Ressalve-se que a disponibilidade de informação mais recente constitui um obstáculo para uma análise mais próxima da realidade atual criando dificuldade para análise do comportamento face ao objetivo do ODS. A tendência de decréscimo neste sub-indicador (decrécimo mais acentuado entre 2001 e 2011, -0,72 p.p.) constitui um fator positivo, indicando uma redução no número de pessoas cujas habitações apresentavam condições desfavoráveis (em 2011 ultrapassavam as 17 mil). Em termos da dispersão territorial verifica-se que em 2011 cerca de 50% da população a residir nesta condição de habitabilidade se concentrava nos municípios das duas áreas Metropolitanas (30% em Lisboa e 10% no Porto) e do Algarve (10%), e que 33 dos municípios nacionais não detinham população a residir nestas condições.

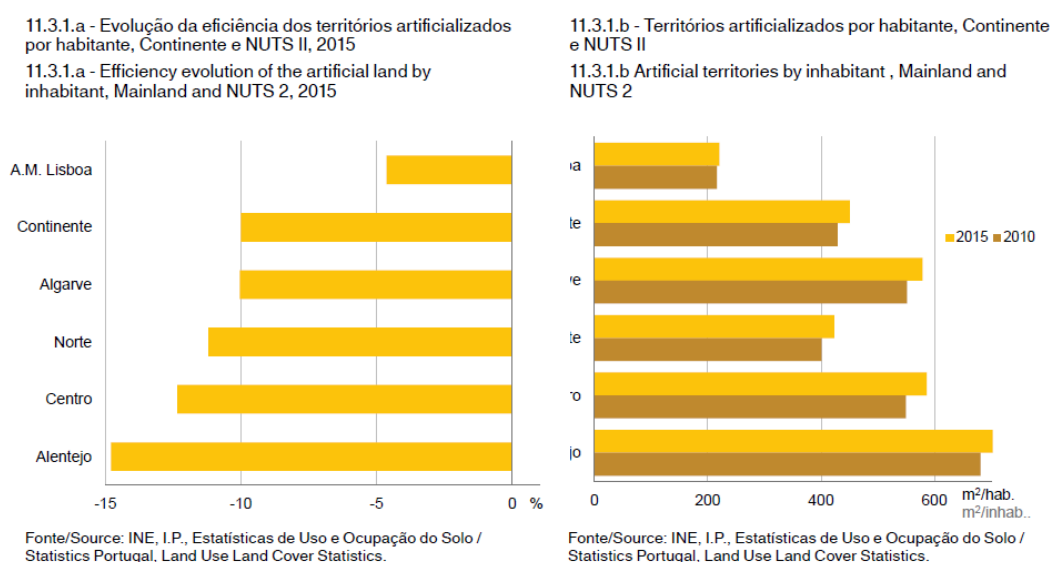
11.1.1.a - Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos de residência habitual
11.1.1.a - Proportion of resident population in non conventional dwellings of usual residence



Fonte/ Source: INE, I.P., Recenseamento da população e habitação, 1991/2001/2011/
Statistics Portugal, Population and housing census, 1991/2001/2011

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

O aumento dos territórios artificializados (ocupação do uso do solo por atividades de intervenção humana) deve ser proporcional ao crescimento populacional, de modo a garantir a sustentabilidade do uso do solo. Esta evolução é analisada a nível nacional pelo [sub-indicador Evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante](#), que registou em 2015 uma evolução negativa (-10%) no território do Continente dado ter aumentado a área artificializada e diminuído a população residente. Da análise regional, regiões NUTII, destaca-se a AML onde o decréscimo foi menos expressivo (-4,6%), dada a evolução positiva registada em cerca de 44% dos seus municípios, e o Alentejo com o mais acentuado (-15%, 5 p.p. abaixo do Continente). Registe-se também que apenas 5,4% dos municípios do Continente apresentaram evolução positiva neste indicador. Analogamente o decréscimo de população residente ditou o aumento dos territórios artificializados *per capita* entre 2010 e 2015 nas regiões NUT II do Continente, condição que apresenta resultados opostos aos esperados para o alcance da meta do ODS em 2030.



Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

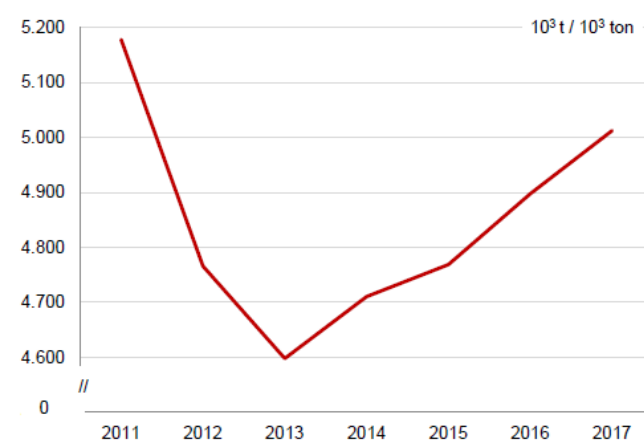
Sub-indicador Resíduos urbanos recolhidos

O aumento da produção de resíduos encontra-se associado ao crescimento populacional e aumento da capacidade de consumo por via de melhores condições económicas, refletindo também os valores e hábitos de vida da sociedade. À produção de resíduos associa-se o aumento das pressões ambientais pelo aumento de consumo de materiais, energia e emissões de GEE inerentes ao processo de fabrico dos produtos consumidos. O enfoque nos resíduos urbanos torna-se particularmente importante pelo aumento do crescimento populacional e atividades desenvolvidas nestas aglomerações que potenciam maiores pressões ambientais por via do aumento do consumo de produtos, sendo condição fundamental a aposta na sua redução.

A produção de resíduos urbanos encontra-se intrinsecamente ligada ao volume de resíduos urbanos recolhidos pelo que a análise do sub-indicador reflete também essa realidade.

O aumento da recolha de resíduos urbanos a partir de 2013 inverteu a tendência de decréscimo acentuado verificada a partir de 2011. Em 2017 ao aumento registado face a 2016 (+ 115 mil toneladas) está associado o aumento do número de resíduos produzidos por habitante (+12,3 kg habitante (hab)/ano do que o gerado em 2016) refletindo uma inversão em relação às ambições de redução e acentuado as externalidades negativas ambientais. Contudo, apesar deste aumento, a evolução entre 2016 e 2017 do rácio de resíduos urbanos recolhidos por unidade de PIB apresentou um ligeiro decréscimo, suportado por uma variação positiva do PIB superior à dos resíduos gerados, indiciando uma possível dissociação entre crescimento económico e a produção de resíduos, tendência positiva para a consolidação da meta do ODS.

11.6.1 - Resíduos urbanos recolhidos
 11.6.1 - Urban waste collected



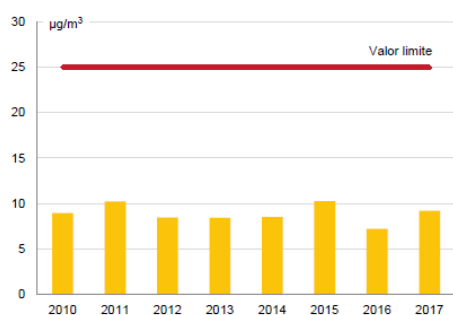
Fonte/Source: INE/ Statistics Portugal; APA, I.P.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

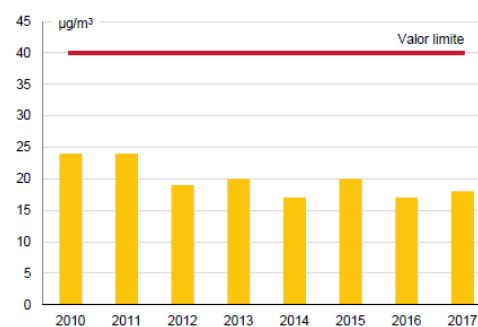
O sub-indicador **Concentração média anual de partículas PM_{2,5} e PM₁₀** analisa a qualidade do ar relativamente a estes poluentes. As partículas inaláveis são dos poluentes atmosféricos os que mais contribuem para a degradação da saúde pública. A elevada concentração nas cidades, principalmente ligada às emissões de tráfego automóvel, determinou a imposição de um Valor Limite (VL)¹³ anual, de modo a minimizar os impactes na saúde das populações. Desde 2010 ambas as partículas apresentaram sempre concentrações médias anuais abaixo do VL estabelecido (25 µg/m³ para PM_{2,5} e 40 µg/m³ para PM₁₀); em 2017 esta redução registou 15,8 µg/m³ nas PM_{2,5} e 22 µg/m³ PM₁₀, constituindo um fator positivo para a manutenção da boa qualidade do ar que contribui para a meta do ODS.

¹³ Com um diâmetro aerodinâmico inferior ou igual a 10 microns (PM₁₀) em 40 µg/m³. Para as partículas mais finas (PM_{2,5}, partículas inaláveis com diâmetro inferior a 2,5 µm) foi definido um valor de concentração média anual inferior ao valor limite de 25 µg/m³.

11.6.2.1 - Concentração média anual de partículas PM2,5
 11.6.2.1 - Annual average concentration of PM2.5 particles



11.6.2.2 - Concentração média anual de partículas PM10
 11.6.2.2 - Annual average concentration of PM10 particles



Fonte/Source: APA, I.P.

Nota/ Note: As estações consideradas para o cálculo das concentrações médias anuais das partículas inaláveis correspondem a estações urbanas e suburbanas de fundo, com eficiência superior a 75%, com exceção da estação de Alfragide e das estações de avaliação do Índice de Exposição Média. / The stations considered for the calculation of the annual average concentrations of the inhalable particles correspond to urban and suburban bottom stations with an efficiency greater than 75%, except for the Alfragide station and the Medium Exposure Index evaluation stations.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

ODS 12 - Produção e consumos sustentáveis - propõe como meta global garantir padrões de consumo e produção sustentáveis

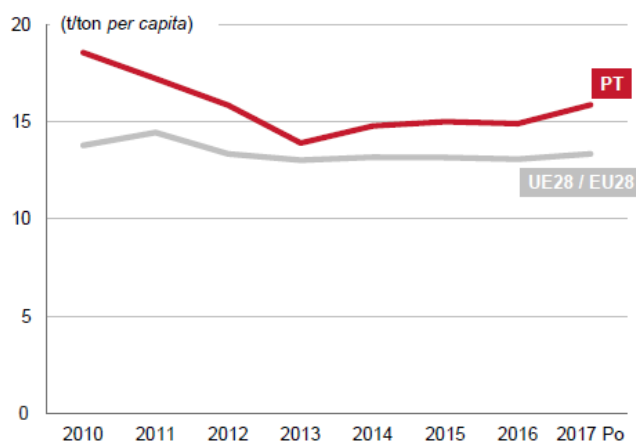
A dissociação do crescimento económico do consumo de materiais e produção de resíduos constitui um fator determinante para a promoção da sustentabilidade territorial. Para o alcance desta condição, essencial e necessária para a sobrevivência das futuras gerações, as sociedades atuais terão de inverter o seu modelo de desenvolvimento adotando novos padrões que promovam o crescimento económico sem comprometer a sustentabilidade ambiental.

O progresso nacional deste ODS, é avaliado com base em sete sub-indicadores que incidem sobre a eficiência de consumo de materiais e de gestão resíduos, deixando transparecer que existe atualmente uma trajetória ainda incipiente quanto à primeira questão apresentando-se maioritariamente desfavorável quanto à segunda.

Os sub-indicadores *Consumo interno de materiais*, *Consumo interno de materiais per capita* e *Consumo interno de materiais por unidade do PIB*, permitem avaliar a quantidade de materiais usados no processo de produção da economia e o seu grau de eficiência na utilização desses recursos.

Apesar do decréscimo registado entre 2010 e 2017 no consumo interno de materiais (CIM) *per capita*, o país apresentou sempre uma posição desfavorável face à média dos países da UE28, com uma maior aproximação no ano de 2013. Contudo esta análise não reflete as diferentes estruturas das duas economias o que pode enviesar a leitura dos resultados.

12.2.2 - Consumo interno de materiais *per capita*
 12.2.2 - Domestic material consumption *per capita*



Fonte/ Source: INE, I.P., Contas nacionais. Eurostat, Ambiente e Energia [t2020_r1110]/ Statistics Portugal, National accounts. Eurostat, Environment and energy [t2020_r1110].

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

Entre 2010 e 2017 a economia nacional registou sinais positivos em termos da eficiência no uso de recursos naturais apresentando evidências de desmaterialização, com o Produto Interno Bruto (PIB)¹⁴ a aumentar 0,2% em média por ano e o consumo interno de materiais¹⁵ a decrescer 2,1%; em termos da variação média anual no período considerado, este comportamento repetiu-se apenas entre 2015 e 2016 (PIB +2,0% e CIM -1,1%). Salvedade-se que a desmaterialização registada poderá não advir somente da maior eficiência da produção económica no período analisado, mas das alterações estruturais ocorridas na economia nacional, que reduziu o peso relativo da construção face a outras atividades económicas menos intensivas na utilização de materiais, não sendo líquido inferir a existência de menores pressões ambientais e de analisar a efetiva prestação para o alcance da meta do ODS.

Previamente à análise dos dois sub-indicadores [Proporção de resíduos sectoriais perigosos por Tipo de resíduo \(CER-stat\)](#) e [Tipo de operação de gestão de resíduos e Resíduos sectoriais perigosos per capita por Tipo de resíduo \(CER- stat\)](#) e [Tipo de operação de gestão de resíduos](#), ressalve-se que a mesma teve por base a informação constante das figuras disponibilizadas no relatório do INE, páginas 228 e 231, não se tendo considerado a análise estatística constante das páginas 228 a 231, por se ter observado algumas inconformidades. Assim, optou-se por coligir informação da base de dados do INE, acessível no [link](#) da figura da página 231, para proceder à análise seguinte.

Os resíduos perigosos merecem particular atenção pelos riscos que apresentam para o ambiente e saúde das populações, exigindo uma maior atenção nos processos de operação e gestão no sentido de minimizar potenciais efeitos nocivos. Tal como para os restantes resíduos, das principais medidas de prevenção constam a limitação da produção e diminuição das necessidades de operações de gestão, bem como a as operações de eliminação e a promoção da valorização numa lógica de economia circular fundamental para a sustentabilidade dos recursos e redução dos impactes ambientais gerados.

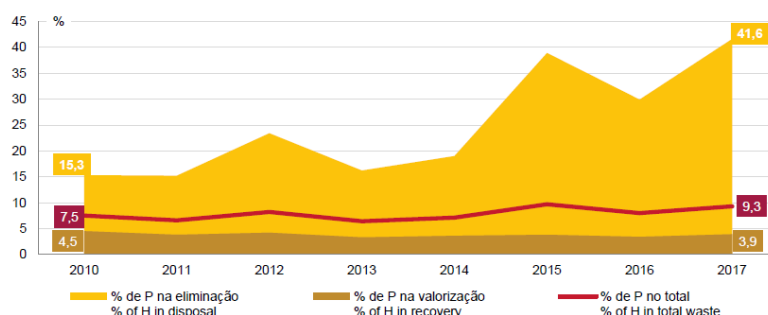
[Sub-indicador Proporção de resíduos sectoriais perigosos por Tipo de resíduo \(CER-stat\) e Tipo de operação de gestão de resíduos](#)

Entre 2010 e 2017 registou-se um aumento da proporção de resíduos perigosos no total de resíduos gerados (+1,8 p.p.), e da proporção de resíduos perigosos destinados para eliminação (+23,3 p.p.), apresentando a quota de resíduos perigosos para valorização uma diminuição de 0,6 p.p.. Estes resultados contrariam as orientações nacionais no âmbito da prevenção que remetem para a redução da produção e das operações de eliminação desta classe de resíduos e as proclamadas no desígnio do ODS.

¹⁴ Fonte: INE, Contas Nacionais (dezembro 2019)

¹⁵ Fonte: INE, Conta de Fluxo de Materiais (dezembro 2019)

12.4.2.b - Proporção de resíduos sectoriais perigosos (P) no total gerado e no total gerido por operação de gestão
12.4.2.b - Proportion of hazardous sectoral waste (H) in the total generated and in the total by management operation



Fonte/Source: INE/Statistics Portugal; APA, I.P.

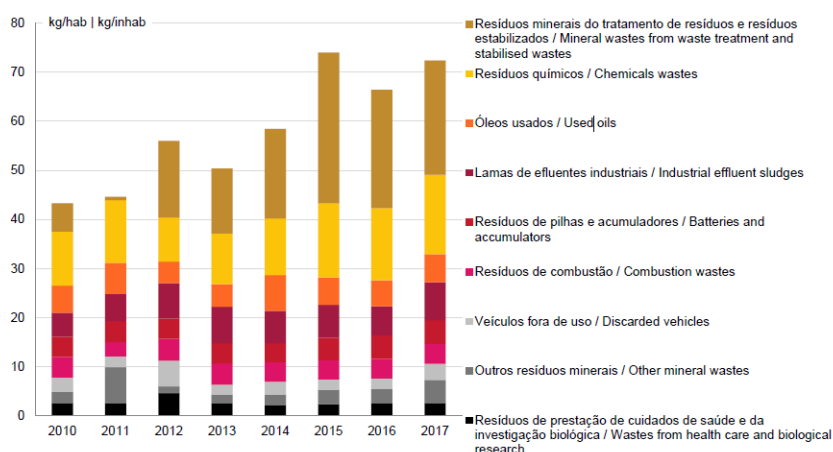
Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

Sub-indicador Resíduos sectoriais perigosos *per capita* por Tipo de resíduo (CER- stat) e Tipo de operação de gestão de resíduos

A produção de resíduos perigosos *per capita* assinalou entre 2010 e 2017 um crescimento de +42,8%, correspondendo a um aumento de +24,9 kg/hab. Em 2010, 2016 e 2017 o destino dos resíduos perigosos gerados *per capita* foi maioritariamente para eliminação, respetivamente 54% e 61,1% (igual quota para os últimos dois anos); realce-se que o incremento registado na valorização entre 2010 e 2017 (+5,1 kg/hab) representou pouco mais de ¼ do aumento registado na eliminação (+19,6 kg/hab), o que indica um afastamento quer face ao propósito do ODS quer face ao desígnio nacional, de promoção da valorização em detrimento da eliminação.

No período em análise, com exceção dos anos de 2010 e 2011, a maior capitação dos resíduos perigosos gerados pertenceu às categorias de resíduos minerais do tratamento de resíduos e resíduos químicos.

12.4.2.a.1 - Capitação dos resíduos sectoriais perigosos gerados por principais categorias
12.4.2.a.1 - Hazardous sectoral waste generated per capita and by main categories



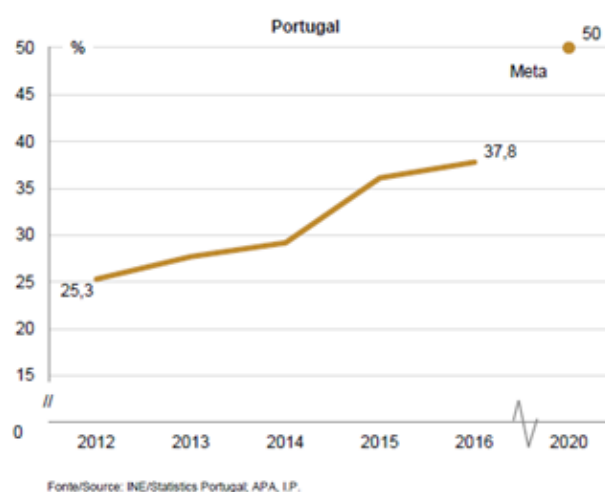
Fonte/ Source: INE/ Statistics Portugal; APA, I.P.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

Sub-indicador Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem

Em Portugal entre 2012 e 2016 registou-se uma evolução positiva quanto à proporção de resíduos urbanos preparados para a reutilização e reciclagem (aumento de +12,5 p.p.)¹⁶. Tendo em conta a percentagem registada em 2016 (37,8%) será necessário manter-se esta tendência de crescimento até 2020 para se conseguir o incremento de +12,2 p.p. de modo a alcançar-se a meta de 50%¹⁷ e a proclamada para o ODS. A Região Autónoma dos Açores (RAA) em 2016 situou-se neste indicador ao nível do Continente, com 38,4%, tendo apresentado o maior aumento no período considerado (+27,8 p.p.), cerca de 2,5 vezes mais que o percentual alcançado pela Região Autónoma da Madeira (RAM) (15,1%).

12.5.1.a - Proporção de resíduos urbanos para a reutilização e reciclagem, 2012-2016
 12.5.1.a - Proportion of municipal waste prepared for reuse and recycling, 2012-2016



Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

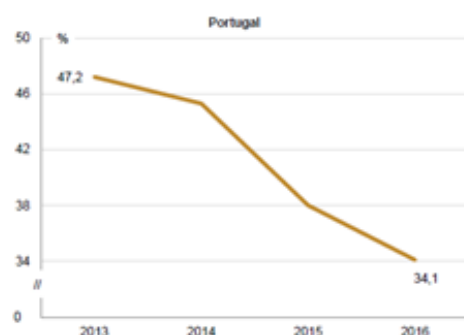
¹⁶ Em resultado do crescimento da recolha seletiva e da entrada em funcionamento de novas instalações de tratamento mecânico e biológico.

¹⁷ Meta convencionada no âmbito da [Diretiva-Quadro Resíduos \(Diretiva 2008/98/CE\)](#)

Sub-indicador Proporção de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro

A proporção de resíduos urbanos biodegradáveis depositados em aterro em Portugal, entre 2013 e 2016, apresentou uma redução de -13,2 p.p., tendo apresentado ao longo de todo o período tendência de decréscimo, que a manter-se, evidencia uma prestação favorável neste domínio, pela redução de emissões e impactes ambientais associados a estes resíduos; A RAA igualmente com tendência de decréscimo no período considerado registou em 2016 49,1% (-29,6 p.p. que em 2013), ambos os resultados se encontram alinhados com a meta do ODS para 2030.

12.5.1.b - Proporção de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RIUB) depositados em aterro
12.5.1.b - Proportion of biodegradable urban waste landfilled



Fonte/ Source: INE/ Statistics Portugal; APA, I.P.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019

ODS 15 - Vida na Terra

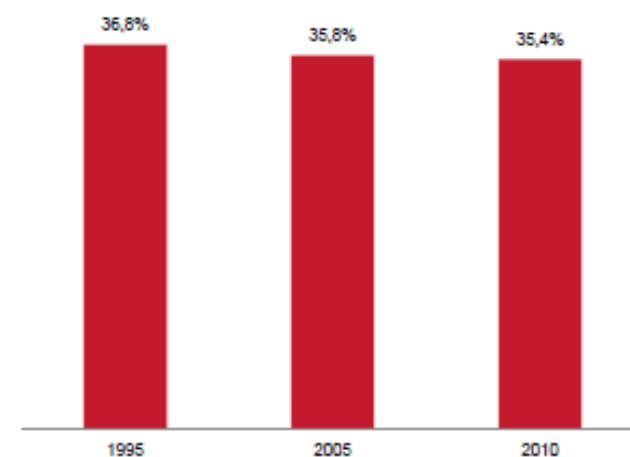
Tem como desígnio proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade.

As florestas são um elemento vital no equilíbrio dos ecossistemas terrestres, desempenhando importantes funções de cariz económico, social e ambiental, contribuindo para a sustentabilidade global do planeta, sendo condição necessária a sua conservação.

De salientar que a carência de indicadores e sub-indicadores nacionais e a ausência de dados recentes condicionam uma precisão da avaliação da trajetória nacional atual relativamente ao objetivo global.

A avaliação do progresso nacional reside apenas na análise do comportamento de um único [sub-indicador](#) [Proporção da superfície florestal na superfície geográfica total](#), que traduz uma evolução negativa entre os anos 1995, 2005 e 2010 (únicos anos com informação disponível), registando-se o decréscimo mais significativo entre 1995 e 2005 (-1 p.p.). Saliente-se que entre 1995 e 2010 o decréscimo de 1,4 p.p. se traduziu numa perda da superfície florestal a nível nacional de 121,3 mil hectares, contrariando as orientações da meta 15.1 deste ODS (Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas). Funcionando as florestas como um instrumento importante na captura de emissões de dióxido de carbono a sua redução constitui uma barreira ao alcance das metas de descarbonização por se verem reduzidas as suas capacidades.

15.1.1 - Proporção da área florestal na superfície geográfica total
15.1.1 - Forest area as a proportion of total land area



Fonte/ Source: INE, I.P.; ICNF, I.P./ Statistics Portugal; ICNF, I.P.

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Indicadores para Portugal 2019 - Agenda 2030, INE, 2019